

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A presente política de privacidade está adaptada à legislação espanhola e europeia em vigor em matéria de proteção de dados pessoais na Internet e foi estabelecida em conformidade com os seguintes regulamentos:

- Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (RGPD).
- Lei Orgânica 3/2018, de 5 de dezembro, sobre a Proteção de Dados Pessoais e Garantia dos Direitos Digitais (LOPDGDD)
- Lei 34/2002, de 11 de julho, sobre Serviços da Sociedade da Informação e Comércio Eletrónico (LSSICE).

Este sítio Web é um espaço seguro onde os dados pessoais dos nossos utilizadores registados são respeitados e tratados. Uma vez que a privacidade dos seus dados é muito importante para nós, comunicamos os nossos princípios orientadores relativamente à sua privacidade:

- Apenas lhe pedimos as informações pessoais necessárias para prestar os serviços que nos solicita.
- Exceto nos casos previstos por lei e para os fins definidos por lei, nunca partilhamos informações pessoais sobre os nossos utilizadores com ninguém, a menos que tenhamos a sua autorização expressa para o fazer.
- Nunca utilizamos os seus dados pessoais para qualquer outro fim que não o expresso na presente política de privacidade.

Identidade do responsável pelo tratamento dos dados pessoais

O Sítio Web é da responsabilidade da COMERCIAL DEL SUR DE PAPELERIA, S.L. (doravante, CSP), com C.I.F./N.I.F. nº **B92969757**, e com sede social em **C/ BODEGUEROS Nº 54 29006 Málaga** e inscrita no Registo Comercial de Málaga, Tomo 2327, Secção 8, Folha MA - 36328.

O endereço eletrónico e o número de telefone de contacto são os seguintes:

at.cliente@liderpapel.com
at.cliente2@liderpapel.com

Durante o horário de expediente, contactar: 902 510 210 / 952 322 804, de segunda a quinta-feira, das 9.00 h às 14.00 h e das 16.00 h às 20.00 h e sexta-feira das 9.00 h às 13.00 h.

Correio eletrónico para o exercício dos direitos ARCO-POL:
gestionlopd@liderpapel.com

Dados de contacto do responsável pela proteção de dados (RPD)

O encarregado da proteção de dados (DPO) é responsável por garantir o cumprimento da regulamentação em matéria de proteção de dados. A CARLIN tem um encarregado da proteção de dados, um advogado em exercício, que pode ser contactado por qualquer pessoa interessada, independentemente da hierarquia da empresa responsável pelo tratamento, através do seguinte endereço eletrónico

lmsanchez@rmlabogados.com

Acolhimento da informação e objetivo

Em conformidade com o dever alargado de informação, a CSP, enquanto responsável pelo tratamento de dados, informa a pessoa em causa do seguinte

- Alojamento da base de dados

O Site está alojado no domínio VARIABLE ON A B2B BASIS e é explorado pelo distribuidor grossista CSP, com sede social em Málaga, Espanha.

Os dados recolhidos são armazenados nos centros de dados da CSP situados em Málaga e Madrid (VARIÁVEL: Atualizar centros de dados).

Uma vez terminada a relação comercial, os dados pessoais recolhidos serão conservados durante um período de TRÊS ANOS, embora o número de encomendas efetuadas pelo utilizador seja conservado fora deste período para fins estatísticos. Independentemente disso, para não manter os dados por mais tempo do que o necessário, os registos inativos que não satisfaçam as necessidades de conservação estatística das encomendas efetuadas serão eliminados.

- Objetivo do tratamento

O tratamento dos dados é lícito, uma vez que é necessário para a execução de um contrato de comércio eletrónico com o cliente que se regista no sistema, como utilizador autorizado, para fazer uma encomenda de produtos comercializados pela CSP.

Por conseguinte, a finalidade do tratamento de dados é a gestão, o controlo e a faturação das encomendas efetuadas pelos utilizadores registados através do comércio eletrónico; esta recolha de dados pessoais resulta de uma relação comercial de compra e venda de bens em linha através de um catálogo na modalidade B2B (Business to Business). Este modelo caracteriza-se pelo facto de as transações de produtos e serviços ocorrerem entre duas empresas e de os produtos e serviços adquiridos pelo cliente não serem adquiridos pelo comprador para uso pessoal, mas para revenda a consumidores e utilizadores finais ou para incorporação nos processos de produção do próprio cliente para uso profissional.

Ao contrário do B2C (Business to Consumer), em que o utilizador é o consumidor final dos produtos e serviços adquiridos para uso pessoal ou doméstico, o B2B centra-se nas compras por grosso que são oferecidas por empresas grossistas ao

cliente profissional ou ao retalhista, pelo que estas transações são reguladas por normas comerciais específicas e as leis de proteção do consumidor não se aplicam.

O utilizador é igualmente informado de que as informações fornecidas estão sujeitas à relação comercial estabelecida na encomenda eletrónica e que só serão utilizadas para os fins autorizados pela pessoa em causa, que é determinada pela relação comercial estabelecida para esse efeito.

Da mesma forma, ao confirmar o envio de dados pessoais através do formulário disponibilizado no sítio Web, o utilizador consente expressamente o tratamento dos seus dados pessoais para os seguintes fins:

- A. O tratamento e a gestão dos produtos adquiridos através do comércio eletrónico na loja online do Site, faturados pela CSP, de acordo com a fórmula do carrinho de compras prevista no referido comércio eletrónico.
- B. O envio de informações publicitárias sobre ofertas e vendas dos produtos oferecidos na loja online e comercializados pela CSP.
- C. A transferência dos seus dados para os diferentes Cash and Carry que a CSP tem em Espanha, bem como para outras empresas subsidiárias de papelaria integradas na CSP.

Natureza dos dados recolhidos para tratamento.

Os dados recolhidos do utilizador são os necessários para a faturação e entrega dos produtos adquiridos, que são recolhidos de acordo com o formulário de registo correspondente como utilizador autorizado da loja online. Estes dados são de natureza identificativa (nome, apelido, número de IVA, endereço, endereço de entrega, endereço de faturação, endereço de correio eletrónico, número de telefone, dados do cartão de crédito e dados financeiros ou bancários). Também são recolhidos como cookies fornecidos pelos serviços do Google Analytics: o tipo de navegador através do qual o utilizador registado acede ao comércio eletrónico, o tempo de ligação, o caminho da página, a frequência, o local físico e lógico de origem da ligação.

Medidas de segurança

A CSP implementa medidas de segurança de dados adaptadas à sensibilidade dos dados pessoais para proteger contra intrusões maliciosas, perda, alteração ou divulgação a terceiros não autorizados, protegendo a plataforma de comércio eletrónico alojada em centros de dados protegidos com controlos de acesso físico e lógico, com firewall atualizada e proteção antivírus, com o sistema a estabelecer cópias de segurança diárias automatizadas e a realizar verificações regulares da integridade dos dados.

O acesso aos dados é limitado aos funcionários e aos prestadores de serviços de tecnologia de integração que atuam em nome da CSP, que só têm acesso à informação se dela necessitarem para o desempenho das suas funções. Todas as pessoas que têm acesso aos dados estão sujeitas a um dever de confidencialidade e estão sujeitas a

sanções se não cumprirem as obrigações que lhes são impostas por CSP no desempenho das suas funções.

Trabalhamos para proteger a segurança das informações dos utilizadores registados durante qualquer transação económica, utilizando a encriptação SSL com SHA256RSA nos nossos sítios Web e HMAC SHA256 com RESYS e PAYZEN nas gateways de pagamento. Antes de o cliente poder aceder ao serviço, este passa por várias camadas de segurança, entre as quais (de WAN para DMZ/LAN): AKAMAI (Aplica WAP, Inteligência Artificial, SecureShield, SSL Encryptions, Decryptors, DenyofService, etc) > Fortinet DDoS > NGFW+ da FORTINET (Aplica AV, IPS, IDS, ATP, WAF, SSL Inspection, Sandboxing, etc) > FireEye Sandbox (Aplica Sandboxing, ATP, IPS, Fireeye AI) > WAF F5 (Aplica políticas de segurança e prevenção WEB contra todas as ameaças conhecidas recolhidas pela F5 na sua base de dados. O F5 tem aprendizagem automática baseada na persistência) > EndPoint Trend Micro DeppSecurity (no endpoint) (Aplica segurança antivírus, ZeroDays, FW.). Por outro lado, a nossa arquitetura, baseada em tecnologia Cisco, utiliza protocolos de segurança como BPDUGuard, controlo de Traffic Storm, ACL. Também detectamos a deslocação horizontal com o FireEye. Todos os sistemas operativos são actualizados com os últimos patches de segurança e são monitorizados com sondas e registos. A plataforma de comércio eletrónico está a ser monitorizada com a tecnologia Zabbix e os restantes sistemas com a tecnologia PRTG + Analyzer+Recollerco da FortiAnalyzer (Fortinet). Estamos a implementar e a unificar todos os registos num projeto SIEM com ELK Stack (Elasticsearch, Logstash e Kibana), acrescentando uma camada adicional com GrayLog. A infraestrutura baseada em serviços é implementada num cluster de alta disponibilidade constituído por vários servidores de última geração que utilizam a tecnologia vMWare vSAN (gerida pelo vCenter). Por último, todos os servidores e dados são sujeitos a cópias de segurança diárias através de cópias de disco, centros de dados externos e fitas LTO armazenadas num cofre de cópias de segurança num local diferente do centro de dados.

No entanto, a CSP não pode garantir que a utilização do Site e/ou do comércio eletrónico seja contínua ou ininterrupta. De igual modo, também não pode garantir que as informações fornecidas estejam isentas de erros, uma vez que têm um carácter meramente informativo e não vinculam o responsável pelo serviço.

Por conseguinte, a CSP não garante e não é responsável por:

- i. A continuidade ininterrupta da utilização do sítio Web, bem como a falta de disponibilidade e/ou acessibilidade do mesmo.
- ii. A ausência de erros na utilização do sítio Web.
- iii. A ausência de vírus e de outros componentes nocivos no sítio Web ou no servidor que o fornece em resultado de um ataque de piratas informáticos.
- iv. A invulnerabilidade do sítio Web e/ou a inexpugnabilidade das medidas de segurança nele adotadas.
- v. Qualquer dano ou prejuízo causado, a si próprio ou a terceiros, por qualquer pessoa que infrinja as condições de utilização do sítio Web ou dos sistemas de segurança do mesmo.

- vi. Quaisquer outros danos que possam ser causados por razões inerentes ao não funcionamento ou mau funcionamento do sítio Web ou das ligações localizadas no domínio.

A CSP faz todos os esforços para evitar erros nos conteúdos publicados; em particular, os relativos à descrição e preço dos produtos e mercadorias na loja online. Todos os conteúdos oferecidos através deste site estão atualizados e a CSP reserva-se o direito de os modificar em qualquer momento.

Por sua vez, é importante que o utilizador registado se proteja contra o acesso não autorizado de terceiros à sua palavra-passe, computadores e dispositivos, através de sistemas antivírus atualizados que impeçam qualquer fraude a este respeito. Se forem utilizados computadores e dispositivos partilhados, verificar se a sessão aberta está devidamente encerrada.

Princípios aplicáveis ao tratamento de dados pessoais

O tratamento dos dados pessoais do cliente utilizador estará sujeito aos seguintes princípios estabelecidos no art. 5 do RGPD e no art. 4 e seguintes da LOPDGDD:

- Princípio da legalidade, da equidade e da transparência: o consentimento do utilizador é sempre exigido após uma informação totalmente transparente sobre as finalidades para as quais os dados pessoais são recolhidos.
- Princípio da limitação da finalidade: os dados pessoais serão recolhidos para fins específicos, explícitos e legítimos.
- Princípio da minimização dos dados: os dados pessoais recolhidos serão apenas os estritamente necessários para os fins para os quais são tratados.
- Princípio da exatidão: os dados pessoais devem ser exatos e estar sempre atualizados.
- Princípio da limitação temporal: os dados pessoais só serão conservados de forma a permitir a identificação do utilizador durante o tempo necessário para efeitos de tratamento.
- Princípio da integridade e da confidencialidade: os dados pessoais são tratados de forma a garantir a sua segurança e confidencialidade.
- Princípio da responsabilidade pró-ativa: O responsável pelo tratamento do sítio Web deve manter e regular os meios técnicos e logísticos necessários para garantir o cumprimento de todos os princípios de tratamento aplicáveis.

A CSP, enquanto distribuidor grossista de artigos de papelaria, emite a fatura de compra ao cliente e é responsável pela venda do produto adquirido.

Base jurídica para o tratamento de dados pessoais

A base jurídica para o tratamento dos dados pessoais é o consentimento do utilizador, que é dado pelo utilizador ao registar-se no sítio Web e na loja online como utilizador registado no do mesmo para efetuar transações de comércio eletrónico, com um número de identificação único e uma palavra-passe pessoal.

Conservação de dados pessoais

Os dados serão conservados pela CSP para fins estatísticos relativos ao volume de encomendas efectuadas pelo utilizador, ou até que este solicite a sua eliminação. Guardamos o histórico de transacções de cada utilizador para que possa rever compras anteriores (e repetir encomendas), juntamente com os seus dados de identificação registados, de forma a controlar a correta rastreabilidade dos produtos entregues.

Nas Condições Legais de Utilização do Sítio Web que o utilizador aceita quando se regista como cliente registado, são fornecidas informações sobre o período de conservação, o tratamento e a finalidade dos dados pessoais recolhidos.

Restrições à utilização do comércio eletrónico

A utilização e venda dos produtos oferecidos na loja online de comércio eletrónico está limitada aos retalhistas ou retalhistas maiores de idade que sejam clientes diretos da CSP e que comprem os seus produtos para venda a consumidores finais ou para integração em processos de produção que não sejam para uso pessoal.

O sistema proíbe o registo de utilizadores finais que não sejam clientes retalhistas dos CSP.

Dados pessoais de menores

Uma vez que a utilização do comércio eletrónico é limitada aos retalhistas, a CSP não recolhe dados de menores de dezoito anos; estes são impedidos de aceder à loja em linha, recusando o seu registo como utilizadores por não estarem autorizados a comprar produtos.

Dever de confidencialidade e de sigilo

A CSP e as suas empresas participadas comprometem-se a guardar o mais rigoroso sigilo sobre as informações recolhidas pelo utilizador, tendo o dever de as proteger e comprometendo-se a não as divulgar, publicar, transferir, vender ou de qualquer outra forma, direta ou indiretamente, colocar à disposição de terceiros não autorizados, mantendo esta obrigação mesmo quando a relação comercial com o utilizador terminar.

O identificador e a palavra-passe fornecidos ao utilizador que se regista como cliente para poder efetuar operações de comércio eletrónico são fornecidos exclusivamente com o único objetivo de gerir a realização de encomendas de artigos comercializados pela CSP. Qualquer utilização diferente da autorizada é expressamente proibida.

O utilizador, cliente registado, é obrigado a garantir a confidencialidade do referido identificador e da palavra-passe, sendo o único responsável pela utilização que deles fizerem as pessoas singulares a quem tenham sido comunicados. É expressamente proibido comunicar ou revelar o identificador e a palavra-passe a terceiros estranhos ao cliente e/ou que não tenham qualquer relação profissional ou de trabalho com o cliente, bem como a terceiros que possam exercer qualquer tipo de atividade

concorrente com as exercidas pela CSP ou que possam estar em concorrência com esta última. É expressamente proibido extrair, revelar, copiar, distribuir, difundir ou comunicar a terceiros qualquer informação dos conteúdos do Site.

Direitos decorrentes do tratamento de dados pessoais

O utilizador pode exercer os seguintes direitos contra a pessoa responsável pelo sítio Web:

- **Direito de acesso:** É o direito do utilizador de obter confirmação sobre se a ROUGE PAPIER está ou não a tratar os seus dados pessoais e, em caso afirmativo, de obter informações sobre os dados específicos tratados e o tratamento que o responsável pelo tratamento efetuou ou está a efetuar, bem como as informações disponíveis sobre a origem desses dados e os seus destinatários.
- **Direito de retificação:** Trata-se do direito do utilizador a que os seus dados pessoais sejam alterados quando estiverem incorretos ou incompletos.
- **Direito de apagamento:** É o direito do utilizador de obter o apagamento dos seus dados pessoais, salvo disposição legal em contrário, quando estes deixarem de ser necessários para os fins para que foram recolhidos para tratamento.
- **Direito à limitação do tratamento:** é o direito do utilizador de limitar o tratamento dos seus dados pessoais quando o responsável pelo tratamento já não precisar dos dados pessoais ou quando os dados tratados forem excessivos para cumprir as finalidades previstas.
- **Direito à portabilidade dos dados:** Trata-se do direito do utilizador de receber do responsável pelo tratamento os seus dados pessoais num formato estruturado para transmissão direta a outro responsável pelo tratamento, sempre que tal seja tecnicamente viável.
- **Direito de oposição:** É o direito do utilizador de não ver os seus dados pessoais tratados ou de cessar o tratamento dos seus dados pessoais, quando este já não for necessário para cumprir os objetivos pretendidos.

A CSP informa os utilizadores que podem exercer os seus direitos de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação do tratamento e portabilidade dos dados nos termos previstos na legislação em vigor, enviando uma mensagem de correio eletrónico para o endereço gestionlopd@liderpapel.com que deverá conter:

- Nome e apelido do interessado, fotocópia do seu bilhete de identidade, passaporte ou qualquer outro documento válido que permita a sua identificação.
- Petição em que o pedido é concretizado.
- Endereço para efeitos de comunicação.
- Documentos comprovativos do pedido que está a fazer, se for caso disso.

O pedido acima referido será tratado pela CSP nos termos previstos na regulamentação relativa à proteção

Queixas à autoridade de controlo

No caso de o utilizador considerar que existe um problema ou uma infração às normas vigentes em matéria de proteção de dados, terá o direito de apresentar uma queixa a uma autoridade de controlo, que no caso de Espanha é a Agência Espanhola de Proteção de Dados (www.aepd.es).

Transferências internacionais de dados

A CSP não efetua transferências internacionais de dados para países terceiros ou organizações internacionais onde não se aplique a regulamentação europeia em matéria de proteção de dados e que não disponham de garantias jurídicas suficientes neste domínio para proteger os direitos oponíveis das pessoas em causa

Política de privacidade nas redes sociais

1.- PARA QUE SERVEM AS REDES SOCIAIS?

É importante que o utilizador saiba que, para uma melhor divulgação dos produtos e serviços oferecidos neste comércio eletrónico, a empresa responsável pelo tratamento é publicitada e tem presença em várias redes sociais (Facebook, Instagram, X, YouTube, LinkedIn, TikTok, etc.), utilizando-as como meio de divulgação dos produtos e serviços que comercializa no seu comércio eletrónico.

Em momento algum o gestor do comércio eletrónico publica dados pessoais dos seus clientes e utilizadores nas redes sociais sem o prévio conhecimento e consentimento do titular dos dados, uma vez que os dados pessoais dos utilizadores e clientes recolhidos no comércio eletrónico se destinam apenas à gestão, controlo, faturação e entrega dos produtos adquiridos, conforme consta da política de privacidade e das condições legais de utilização e contratação do Website. Por conseguinte, os dados expostos nas redes sociais pelo comércio eletrónico apenas afetam os dados pessoais do vendedor, bem como os produtos e serviços oferecidos e vendidos aos seus clientes.

Por outro lado, pode acontecer que, estando o operador de comércio eletrónico presente nas redes sociais, tenha acesso aos dados que o utilizador voluntariamente decidiu publicar nestes meios, uma vez que sempre que um utilizador publica algo numa rede social, perde o controlo sobre esse conteúdo, uma vez que, mesmo que apague posteriormente o conteúdo publicado, este ficará, pelo menos, registado nos servidores da rede social e qualquer pessoa que o tenha visto poderá ter utilizado essa informação.

A título preliminar, importa referir que, estando num modelo B2B, o operador de comércio eletrónico não extrai dados sobre os futuros clientes das redes sociais, embora possa utilizar o conteúdo voluntariamente publicado pelos utilizadores destas redes sociais que não sejam consumidores e utilizadores para estabelecer o seguinte:

A.- Perfis de preferências sobre produtos e serviços oferecidos no comércio eletrónico com base nos conteúdos publicados voluntariamente na rede social pelos respetivos clientes e utilizadores.

B.- Para anunciar uma promoção específica de produtos ou serviços oferecidos no comércio eletrónico, bem como para refletir qualquer anúncio de interesse que possa beneficiar os clientes e utilizadores.

C.- Responder e resolver qualquer dúvida ou questão que um utilizador possa ter e que seja publicada numa determinada rede social sobre um determinado produto ou serviço comercializado pelo responsável.

D.- Gerir ou publicitar qualquer oferta de emprego, sorteio ou concurso que possa ser organizado pela pessoa responsável pelo comércio eletrónico da sua empresa.

E.- Informar, de um modo geral, as pessoas em causa sobre os direitos que lhes assistem em matéria de proteção de dados no caso de uma determinada situação.

F.- Criar novas oportunidades de negócio através da atenção da empresa responsável pelo comércio eletrónico aos seus utilizadores, podendo colaborar ou criar conteúdos em benefício dos produtos e serviços oferecidos.

G.- Aproximar a empresa responsável pelo comércio eletrónico dos utilizadores e dos potenciais clientes retalhistas ou retalhistas; oferecer uma imagem de transparência e eficácia em vez de opacidade, bem como de proximidade com o utilizador, com o compromisso de garantir e respeitar os direitos dos seus clientes em matéria de proteção de dados.

Para estes efeitos, o utilizador dá o seu consentimento expresso ao aceitar as presentes condições legais de utilização do comércio eletrónico. Em qualquer momento, o utilizador pode modificar as autorizações concedidas ou exercer os direitos ARCOPOL sobre as informações recolhidas pelo comércio eletrónico.

2.- QUE INFORMAÇÕES RECOLHIDAS NAS REDES SOCIAIS PODEM SER UTILIZADAS PELO COMÉRCIO ELECTRÓNICO?

O comerciante pode utilizar e processar todas as informações fornecidas pública e voluntariamente pelo titular dos dados e obtidas abertamente na rede social, desde que o titular dos dados tenha um interesse claro no comércio B2B. As exceções são os dados relativos aos consumidores e utilizadores finais, bem como os dados especialmente protegidos e os dados de natureza sensível, que exigem, por lei, o consentimento expresso ou por escrito da pessoa em causa.

Normalmente, os dados gerais da pessoa em causa que são obtidos abertamente na rede social pelo gestor de comércio eletrónico são os dados que a pessoa em causa decidiu publicar e divulgar livremente entre todos os membros da rede social: nome ou alcunha, fotografia ou avatar e o resto dos dados incluídos no perfil público e visível do utilizador. A estes dados devem ser acrescentados os conteúdos e opiniões que o

titular dos dados tenha decidido publicar na rede social, sendo este o único responsável pelas informações que voluntariamente forneceu.

Embora, em geral, os dados sobre potenciais clientes e utilizadores não sejam extraídos dos conteúdos publicados nas redes sociais pelos respetivos utilizadores, esses conteúdos podem servir de referência para a definição de perfis de tendências e campanhas publicitárias de produtos e serviços oferecidos pelo operador de comércio eletrónico aos retalhistas ou para uso profissional e não pessoal.

3.- PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE DOS DADOS RECOLHIDOS

Os dados recolhidos nas redes sociais pelo responsável pelo tratamento do comércio eletrónico devem respeitar sempre o princípio da proporcionalidade, ou seja, o responsável pelo tratamento do comércio eletrónico só pode tratar os dados estritamente necessários para a finalidade do tratamento que efetua e para o qual tenha sido dado o consentimento pelo utilizador e pelo cliente.

Convém não esquecer que a prova do consentimento da pessoa em causa é sempre da responsabilidade do responsável pelo tratamento dos dados, nos termos da legislação europeia de proteção de dados. O consentimento da pessoa em causa pode ser obtido dentro da própria rede social ou fora dela, consoante o contrato assinado pela pessoa em causa.

Uma vez que este comércio eletrónico funciona segundo um modelo B2B, a utilização das redes sociais será limitada, neste contexto, a informações sobre produtos e serviços para retalhistas ou retalhistas e para uso profissional e não pessoal.

4.- RAZÕES PARA ANUNCIAR E ESTAR NAS REDES SOCIAIS

Vivendo na era digital, as redes sociais surgem como pontos de encontro comuns entre empresas e utilizadores. Qualquer empresa que se preze deve ter uma presença nas redes sociais como forma direta de conhecer as preocupações dos utilizadores e responder às solicitações dos clientes. Isto poupa uma quantidade considerável de tempo, uma vez que proporciona uma atenção direta e imediata e atinge um maior número de seguidores com a divulgação de qualquer informação.

Assim, a transparência da empresa é um elemento de importância vital e, dado o alcance das redes sociais, estas servem como meio direto para estar em contacto direto com os clientes, conhecer os seus gostos e tendências e estabelecer uma relação transparente entre o vendedor de um produto e os seus potenciais compradores.

5.- RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NAS REDES SOCIAIS

A responsabilidade pelo conteúdo publicado pelo utilizador nas redes sociais é exclusivamente do utilizador ou da rede social que o publica. Qualquer reclamação do titular dos dados contra uma violação da proteção de dados causada por uma rede social deve ser dirigida contra a empresa que gere ou é responsável pela própria rede social. O comércio eletrónico não é responsável pelas informações recolhidas e

divulgadas nas redes sociais, a menos que essas informações afetem direitos especialmente protegidos ou sejam informações sensíveis da parte afetada, cuja utilidade não seja necessária recolher.

Do mesmo modo, a responsabilidade pelos conteúdos publicados pela empresa responsável pelo comércio eletrônico na própria rede social é exclusivamente imputável a esta.

6.- BASE JURÍDICA QUE LEGITIMA O TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

É concedida mediante o consentimento expresso do utilizador, dado através da participação ou adesão à rede social e da aceitação das condições de utilização da mesma.

7.- O DIREITO A SER ESQUECIDO NAS PESQUISAS NA INTERNET E NAS REDES SOCIAIS

O direito a ser esquecido nas redes sociais refere-se ao direito de impedir a divulgação de informações pessoais através da Internet (motores de busca), e é alargado às redes sociais quando as informações são obsoletas ou não têm relevância ou interesse público. O titular dos dados pode exercer este direito a qualquer momento, contactando o operador do motor de busca ou da rede social para remover qualquer conteúdo que pretenda revogar permanentemente. O responsável pelo tratamento do comércio eletrônico não pode controlar os conteúdos publicados pelo titular dos dados na rede social, embora possa remover as informações aí recolhidas se o titular dos dados assim o desejar expressamente, no exercício dos seus direitos.

Este direito da pessoa em causa subsiste mesmo que a informação publicada na rede social ou no sítio Web para o qual a ligação é dirigida seja lícita e não seja apagada pela rede social ou pelo sítio Web antes ou ao mesmo tempo.

Alterações à política de privacidade

O responsável pelo sítio Web reserva-se o direito de modificar a presente Política de Privacidade, de acordo com os seus próprios critérios, ou motivado por uma alteração legislativa, jurisprudencial ou doutrinal da autoridade de controlo. As alterações ou atualizações da presente Política de Privacidade serão explicitamente notificadas ao utilizador registado.

A última revisão da presente Política de Privacidade foi aprovada em 25 de fevereiro de 2025.